

Apresentação

O ensino da Língua Portuguesa no Brasil e em Portugal **Portuguese Language Teaching in Brazil and Portugal**

Como qualquer outro fenômeno complexo, a trajetória da Língua Portuguesa como disciplina obrigatória nos currículos escolares do Brasil e de Portugal possui aspectos que merecem ser discutidos. Essa trajetória, marcada por avanços e retrocessos, é naturalmente objeto de discussão e crítica tanto por parte de professores, pesquisadores e comunidade escolar quanto da sociedade, de modo geral.

A disciplina de Português ou Língua Portuguesa, conforme as designações adotadas em diferentes lugares e tempos, caracteriza-se por aspectos próprios que a distinguem das outras disciplinas escolares, nomeadamente os que decorrem do fato de o seu objeto ser simultaneamente o meio da sua transmissão (CASTRO, 1995)¹. Além disso, sendo esse objeto a língua materna da maioria dos aprendizes no Brasil e em Portugal e a língua oficial desses países e, portanto, a língua usada pela escola para configurar e transmitir o conhecimento, a sua relevância é tanto maior quanto da capacidade do seu uso depende, para além da sua própria participação na vida escolar, a afirmação dos alunos enquanto sujeitos e enquanto participantes ativos nos múltiplos contextos sociais em que são ou serão chamados a intervir.

Entendendo, pelas razões que acabamos de enunciar, a Língua Portuguesa como a disciplina mais importante dentre todas as outras que constituem a grade curricular dos alunos da Educação Básica, principalmente, apresentamos um breve relato a respeito de como se deu a entrada dessa disciplina nas escolas brasileiras e portuguesas, realidades que se aproximam e, ao mesmo tempo, se distanciam quando o que se discute é o ensino de língua materna.

Em território brasileiro, a introdução da Língua Portuguesa como disciplina obrigatória nas escolas se deu na década de 1970, graças à Reforma Pombalina, que visava a fazer com que os filhos dos representantes de classes economicamente mais favorecidas tivessem acesso ao conhecimento. Nessa época, influenciados pela concepção de linguagem como expressão do pensamento e, conseqüentemente, por métodos mecanicistas de ensino, era dever do professor levar o aluno a ler e escrever de acordo com os modelos considerados ideias.

¹ CASTRO, R. V.de. **Para a análise do discurso pedagógico**. Constituição e transmissão da gramática escolar. Braga: U.M. - I.E.P. - C.E.E.P., 1995.

Segundo Geraldi (1997)², o que conferia prestígio era o estudo das línguas clássicas. Essa afirmação faz com que percebamos a necessidade que ainda hoje os professores têm de levar os alunos ao domínio da “arte de bem falar e escrever”.

Transcorridos mais de dois séculos da regulamentação da Língua Portuguesa como disciplina obrigatória no ensino brasileiro e, considerando a existência de um fluxo contínuo de estudos e medidas governamentais que visam à melhoria da qualidade desse ensino, podemos dizer que muito foi conquistado. É claro que, com essa afirmação, não queremos dizer que o ensino atual de Língua portuguesa esteja, hoje, isento de falhas ou problemas. Ao contrário, temos a consciência de que muito ainda precisa ser feito para que esse ensino possa ser considerado como ideal.

Esse ponto de vista, aparentemente contraditório, significa que não podemos desconsiderar o fato de que, graças às idas e vindas, aos erros e acertos que marcam a trajetória do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, hoje estamos muito mais firmes no propósito de desenvolver a competência discursiva do aluno, fazendo com que ele tenha acesso não somente à língua real, com a qual ele tem contato em sua vida cotidiana, o que pode se dar graças à entrada da pluralidade discursiva (TRAVAGLIA, 2008)³ na sala de aula por meio do trabalho centrado nos mais diferentes e variados gêneros que circulam em nossa sociedade.

Em território português, com natural extensão ao Brasil enquanto este esteve sob domínio português, a assunção da língua nacional como objeto de conhecimento e de estudo remonta ao século XVI, no decurso de um movimento de afirmação e dignificação da “língua vulgar”, no âmbito do qual se deve destacar a publicação de gramáticas, como as de Fernão Oliveira e João de Barros, textos que, para além da sua vertente descritiva e normativizadora, tinham uma função pedagógica relevante. Até o século XIX, o ensino da Língua Portuguesa foi objeto de discussões, nomeadamente no que respeita à sua (in)dependência relativamente ao Latim, nas quais se destacaram as ordens religiosas e particularmente a Companhia de Jesus. O século XVIII assiste a uma reafirmação do valor da língua e do seu ensino, com expressão em Luís António Verney e o seu Verdadeiro Método de Estudar, cuja influência nas reformas implementadas pelo Marquês de Pombal é incontornável. A reforma da instrução secundária levada a cabo por Passos Manuel em 1836 constitui um marco fulcral no processo de definição

² GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

³ TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

da Língua Portuguesa como objeto escolar, já que foi aí que ela foi instituída como área curricular (CASTRO, 1995)⁴. De então para cá, muito se foi alterando no modo como se perspectiva a língua e o seu ensino, acompanhando o desenvolvimento nos campos dos Estudos da Linguagem, dos Estudos Literários, da Pedagogia, da Didática, mas também de outros fatores de natureza diversa, como, por exemplo, a mudança de um regime político. Objeto complexo e multifacetado, a Língua Portuguesa suscita, relativamente à sua abordagem em contexto pedagógico, questões várias e posicionamentos nem sempre convergentes. Disso são exemplo as várias reformulações de que os programas de Português foi objeto nos últimos vinte e cinco anos.

A questão do ensino da Língua Portuguesa não se esgota, no entanto, no seu estatuto de L1 ou de Língua Materna, no Brasil e em Portugal. Uma das línguas mais falada no mundo, o Português é língua oficial de diversos países em África e na Ásia, assumindo, em cada um deles, o seu ensino e a sua aprendizagem, enquanto L2 e língua de escolarização características particulares. Igualmente a considerar, num mundo em mudança e com movimentos migratórios intensos e constantes, a questão do seu ensino àqueles que chegam e se procuram integrar em contextos sociais que falam o Português, bem como a do seu ensino como língua estrangeira em países de todas as partes do mundo.

Tendo em conta toda esta complexidade e o reconhecimento do papel da disciplina no desenvolvimento da competência discursiva dos alunos, a escolha do tema do ensino da Língua Portuguesa para esta edição da revista *Letras e Letras* revela-se altamente pertinente. Observando as semelhanças e diferenças com relação ao ensino de Língua Portuguesa nas realidades brasileira e portuguesa, este volume objetiva, então, tratar de diferentes aspectos desse ensino nesses dois contextos, e para além deles.

Considerando as diferentes preocupações dos autores dos dez artigos produzidos por autores brasileiros e portugueses que compõem este volume, foi possível organizamos os textos em três eixos: políticas de ensino; práticas de ensino de Língua Portuguesa e ensino da literatura.

Do primeiro eixo, constam os seguintes artigos:

1. “Minha pátria é a língua portuguesa: ações do governo brasileiro e português para o ensino de língua portuguesa no exterior”, em que a autora chama a atenção para algumas

⁴ CASTRO, R. V.de. **Para a análise do discurso pedagógico**. Constituição e transmissão da gramática escolar. Braga: U.M. - I.E.P. - C.E.E.P., 1995.

ações linguísticas desenvolvidas pelos governos brasileiro e português para a internacionalização da Língua Portuguesa. O objetivo do artigo é tanto apresentar estas ações ao leitor quanto discutir a sua importância no atual contexto sociopolítico.

2. “Políticas educacionais nas prescrições para o Ensino Médio: dimensões para ensino de leitura”, no qual o objetivo das autoras é apresentar e discutir as dimensões de linguagem explicitadas em prescrições educacionais brasileiras direcionadas ao Ensino Médio. Esse objetivo faz com que as autoras apresentem caminhos que os professores devem trilhar para a compreensão escrita em línguas estrangeiras e em língua portuguesa como língua materna.

No segundo eixo estão os artigos:

1. “Ensino da língua na perspectiva discursiva: um exercício de leitura”, em que a autora, sob influência da perspectiva discursiva bakhtiniana, discute os modos de se conceber o ensino da língua portuguesa.

2. “Produção, correção e reescrita textual: resultados de uma pesquisa-ação-crítico-colaborativa”, cujo propósito das autoras é, de acordo com a concepção dialógica e interacionista de linguagem, colaborar com a prática docente no que diz respeito ao ensino da (re)escrita na escola.

3. “A retextualização como prática de produção de textos no Ensino Fundamental: os resultados de uma experiência”, em que os autores apresentam e discutem os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada com uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do interior da Bahia. No trabalho, são analisadas as operações e estratégias de retextualização de um dos sujeitos da pesquisa, que representa as competências e habilidades médias da maioria dos alunos investigados.

4. “O ensino de português com base no gênero textual e no caráter interativo e social da língua”, em que a autora, a partir da problematização do ensino de língua materna, busca apresentar contribuições para o ensino dessa língua. Para isso, assume, de acordo com Schneuwly e Dolz (2009; 2010)⁵ o texto/gênero textual como objeto de ensino e de análise.

5. “O Ensino de Gramática no Brasil e em Portugal: perspectivas em confronto”, que apresenta um panorama acerca do ensino de Português como língua materna no Brasil e em

⁵ SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.) **Des objets enseignés en classe de français**. Le travail de l'enseignant sur la rédaction de textes argumentatifs et sur la subordonnée relative. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009.

_____. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

Portugal, destacando-se o trabalho feito com a gramática na sala de aula, sobretudo no Ensino Médio (ou Secundário).

No terceiro e último eixo desta edição, inserimos os artigos:

1. “As relações entre literatura e pintura nos manuais: Brasil e Portugal depois das novas diretrizes curriculares”, em que o autor avalia o diálogo entre literatura e outras artes, mas especificamente a relação entre literatura e pintura, a partir da seleção e análise de diferentes livros didáticos brasileiros e portugueses.

2. “O ensino de literatura no Brasil: desafios a superar em busca de práticas mais eficientes”, em que os autores se debruçam sobre alguns desafios comuns ao ensino da literatura no Brasil, o que se relaciona com a formação docente, os equívocos na prática pedagógica, a centralidade do estudante no processo de leitura e a seleção de textos literários.

3. “Práticas de Leitura Literária no 1.º Ciclo do Ensino Básico Para a compreensão do agir docente em Portugal”, em que as autoras visam a contribuir para a compreensão do tratamento atual da leitura literária no 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) em Portugal, bem como para uma reflexão crítica que incentive a continuidade de investimentos que sejam aliados de um agir docente reflexivo e colaborativo.

Conscientes de que o tratamento de questões atreladas ao ensino de Língua Portuguesa em distintas realidades merece mais atenção, esperamos que as discussões desencadeadas neste espaço possam contribuir tanto para a reflexão sobre o complexo universo do ensino de Língua Portuguesa quanto, e principalmente, para a realização de ações voltadas para os três eixos que constituem este volume, quais sejam: políticas educacionais, práticas de ensino de Língua Portuguesa e ensino da literatura.

Uberlândia, julho de 2017.

Elisete Maria de Carvalho MESQUITA (UFU – ILEEL)

José António Brandão Soares de CARVALHO (Universidade do Minho – PT)